

# RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO: o estado da arte<sup>(\*)</sup>

Wilma de Nazaré Baía Coelho  
Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e Silva

No presente texto, buscamos examinar um conjunto de teses e dissertações cujos objetos referem-se à temática *relações raciais e educação*, defendidas em programas de pós-graduação em Educação<sup>1</sup>, de universidades brasileiras<sup>2</sup> cujos conceitos estão acima de quatro. A temática escolhida situa-se na sub-área de *Educação*, que reúne produções discentes sobre este campo do saber, seus instrumentos, métodos e sobre as possibilidades de interseção, interação e interconexão entre eles.

Procuramos traçar um panorama quantitativo destas produções, avaliando sua disposição no banco de teses e dissertações dos Programas de pós-graduação, abrangendo as universidades de origem, ou seja, seu caráter público, as regiões do país em que se encontram, entre outras informações. No Quadro 1, informo os programas pesquisados.

Quadro 1: Programas de Pós-graduação em Educação das Universidades Federais e Estaduais

Região	Programas/Ufes	Total	
		M	D
Norte	UFAM	02	—
	UFPA	05	—
Nordeste	UFBA	—	05
	UFC	—	04
	UFPB	02	01
	UFPE	04	—
	UFRN	01	01
Centro- Oeste	UNB	01	01
	UFG	01	—
	UFMT	02	—
	UFMS	01	—

<sup>(\*)</sup>Apesar da produção acadêmica na área da educação dialogar com outras áreas do conhecimento, como: sociologia, história, antropologia, psicologia, limitamo-nos aos trabalhos defendidos em programas de pós-graduação em Educação. Os programas de Pós-graduação investigados foram das regiões brasileiras, especificamente das Universidades Federais e algumas Estaduais. Porém, convém ressaltar que os Programas das Universidades de Sergipe e Rondônia não estavam disponíveis para consulta on-line de suas bases de dados.

<b>Sudeste</b>	<b>UFMG</b>	___	<b>02</b>
	<b>UFF</b>	<b>02</b>	<b>01</b>
	<b>UERJ</b>	<b>03</b>	<b>01</b>
	<b>UFRJ</b>	___	<b>01</b>
	<b>USP</b>	___	<b>02</b>
	<b>UFSCAR</b>	___	<b>01</b>
	<b>UNICAMP</b>	<b>01</b>	___
<b>Sul</b>	<b>UFPR</b>	<b>01</b>	___
	<b>UFRGS</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
	<b>UFSC</b>	___	<b>01</b>
<b>Total</b>		<b>27</b>	<b>22</b>

Fonte: Banco de Teses e Dissertações dos Referidos Programas, acesso em nov. de 2010.

Além disso, a análise buscou avaliar que desenho conceitual as pesquisas possibilitam constituir a partir das investigações que promovem acerca da relação entre educação e relações raciais, relação esta que é construída, em grande parte dos estudos, a partir de vínculos com os campos da educação e da cultura, do currículo e da formação de professores. Esta incursão não se limitou apenas aos cursos de pós-graduação, mas também, aos grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), como veremos mais adiante.

É interessante observar que há variações no tratamento dado às Relações Raciais, mas grande parte dos trabalhos a analisa enquanto política de ação afirmativa, como instrumento da educação antirracista (enquanto processo de socialização e, portanto, de interação com a cultura – ou intervenção nela – e pressuposto para a participação cidadã ou política), ou seja, a educação brasileira contemporânea seria um instrumento de subversão do preconceito<sup>3</sup> e do racismo<sup>4</sup> silenciado, existente na escola, em suas mais variadas formas.

Não obstante, a importância do debate sobre a questão étnico-racial nos mais diversos processos de escolarização, existe uma resistência em se problematizar essa temática na escola.

<sup>3</sup> O preconceito é um julgamento prévio e negativo, uma opinião determinada previamente, sem maiores ponderações ou conhecimentos sobre os fatos. Incide sobre os integrantes de um grupo racial, de uma etnia, religião ou sobre pessoas que ocupam outro papel social significativo. Ele inclui a relação entre grupos humanos e a percepção que as pessoas têm de si mesmo e dos outros. (GOMES, 2005, p. 54).

<sup>4</sup> No Brasil, o grupo populacional definido como negro é vitimado pelo racismo. Segundo Gomes (2005), de um lado, o racismo é um comportamento, uma ação que resulta da aversão (por vezes, do ódio), com relação a pessoas que têm um pertencimento racial observável, como a cor da pele e o tipo de cabelo. De outro lado, são ideias e imagens sobre os grupos humanos que partem do pressuposto da existência de raças superiores e inferiores. Dessa maneira, é uma forma de dominação simbólica subjetiva formulada no contexto das relações de poder (BOURDIEU, 1998) e raciais do nosso país, baseada no pressuposto ideológico da existência de hierarquia entre raças.

---

Muitos profissionais da educação dizem não perceber na escola conflitos ligados ao racismo (SILVA, 2009) e discriminação racial provocando um silenciamento<sup>5</sup> sobre estas questões. Para Cavalleiro (2000):

A escola e os seus agentes, os profissionais da educação em geral, têm demonstrado omissão quanto ao dever de respeitar a diversidade racial e reconhecer com dignidade as crianças e a juventude negra. [...]

No cotidiano escolar, considerável parcela de profissionais da educação diz não perceber os conflitos e as discriminações raciais entre os próprios alunos e entre professores e alunos. Por esse mesmo caminho, muitos também não compreendem em quais momentos ocorrem atitudes e práticas discriminatórias e preconceituosas que impedem a realização de uma educação antidiscriminatória. [...] (p. 12-13).

Dentro desse universo, o trabalho de Wilma Baía Coelho avança no sentido de argumentar:

[...] que parte da responsabilidade pela reprodução de preconceitos e de práticas discriminatórias no universo escolar se deve a lacunas na formação docente. Segundo ela, os cursos de formação de professores não preparam os futuros profissionais para enfrentarem o processo educativo como uma totalidade, na qual proliferam mecanismos de discriminação e práticas preconceituosas. (COELHO, 2008, p. 108).

Além disso, é comum entre esses profissionais a percepção de que discutir sobre esses temas poderia “despertar e trazer o racismo para dentro da escola”, num entendimento de que a instituição escolar é isenta às tensões e conflitos étnico-raciais presentes na sociedade brasileira.

As pesquisas possuem uma curiosa distribuição temporal, com mais trabalhos publicados nos anos de 2006 e 2007. Além desta distribuição no tempo outro aspecto chama atenção: o baixo volume de trabalhos que tratam da questão racial. Em tese, eles deveriam obedecer a uma tendência de aumento ao longo dos anos da década de 1990, pois o tema das questões raciais neste período tem um crescimento nas áreas correlatas da educação, sociologia, antropologia e uma entrada de forma transversal em outras áreas do conhecimento, em função da centralidade que as mesmas ocupam no debate sobre a construção da identidade nacional brasileira.

Reafirmando o que dissemos acima, para Gomes (2003, p. 159) a articulação entre diversidade étnico/cultural e formação apesar de atualmente terem surgido algumas iniciativas de inserção ainda não é uma temática privilegiada de estudos quando se discute o trabalho docente no Brasil. Podemos dizer que esta discussão no campo da educação é ainda recente, datada dos anos

---

<sup>5</sup> A respeito do silêncio escolar sobre o racismo cotidiano na escola, ver: CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.

---

1990, como também o crescimento da divulgação de uma literatura específica que traz novas abordagens tanto de autores brasileiros como estrangeiros.

Porém, apesar do interesse nas áreas educacionais ter se dado tão recentemente esta não é uma temática recente e há muito vem sendo estudada pelas ciências sociais, especialmente pela Antropologia e já era mais do que tempo da discussão chegar até a educação, pois, na escola ela já existia de forma latente, desencadeando conflitos e contextos que eram na maioria das vezes camufladas e ou ignoradas.

É importante ressaltar que esta discussão, tratando desta temática, desde o início do século XX vem refletindo sobre a educação nessa perspectiva de subversão de valores discriminatórios. Pode-se até dizer que a educação e as relações raciais tem sido uma questão frequente na mobilização do negro em nosso país.

Dessa forma, procuro explicitar a articulação de estudos desenvolvidos sobre *relações raciais e educação* a partir dos marcos interpretativos privilegiados pela pesquisa educacional nas décadas de 1970 a 1990, sem a pretensão de desenvolver uma análise histórica mais aprofundada.

Ao propormos esta investidura nos estudos realizados nos anos 1970, 1980 e 1990, consideramos as informações de Pinto (1987) ao afirmar que a partir dos anos 1970 as pesquisas sobre o tema passaram a ser mais intensas e frequentes, possibilitando aos pesquisadores e militantes do movimento social negro condições para exigirem urgência de modificações no setor educacional. A autora informa ainda que a preocupação com a educação da população negra aparecia de forma recorrente tanto na obra de estudiosos brancos quanto na de estudiosos negros que investigaram as relações entre raças no Brasil. No entanto, notou-se que isto aparecia de forma secundária, geralmente no contexto de análises mais amplas, sem privilegiar o recorte e o enfoque educacional.

O desenvolvimento das pesquisas sobre o negro no Brasil tem momentos bem-marcados. Refiro-me resumidamente a duas dessas fases iniciais, de maneira a poder recolocar a discussão sobre o negro e a educação nas pesquisas educacionais.

Inicialmente, temos o período da predominância do pensamento racista, explicavam-se as diferenças sociais a partir das diferenças biológicas. Em termos de pesquisas, a mais significativa foi a do médico baiano Nina Rodrigues, suas conclusões influenciaram gerações de intelectuais e instituições (SCHWARCZ, 1993), principalmente os médicos e as faculdades de medicina.

No início da década de 1930, Gilberto Freyre revoluciona o pensamento social brasileiro com sua tese de doutoramento, que segundo Muller (1999, p. 38) recupera positivamente a

---

contribuição africana à cultura brasileira. As conclusões de Freyre são um elogio à miscigenação<sup>6</sup>. Acreditava ele que, no Brasil, teria existido durante a maior parte de nossa história uma situação de democracia racial. A partir dos estudos de Freyre e, principalmente, da disposição das elites políticas e intelectuais que haviam empolgado o Estado brasileiro, éramos vistos como uma nação sem povo e sem uma cultura nacional (SKIDMORE, 1976), estava então, institucionalizada a fábula das três raças. E, assim, consolidou-se o mito da existência de uma democracia racial no Brasil. Os três elementos sociais que formaram a sociedade brasileira (índios, negros e brancos) foram fundamentais não só como elementos constituintes, mas, principalmente, como solução ideológica na construção de nossa identidade social. Como assinala Roberto Da Matta (1993):

[...] essa triangulação étnica, pela qual se arma geometricamente a fábula das três raças, tornou-se uma ideologia dominante, abrangente, capaz de permear a visão do povo, dos intelectuais, dos políticos e dos acadêmicos de esquerda e de direita, uns e outros gritando pela mestiçagem e se utilizando do “branco”, do “negro” e do “índio” como as unidades básicas através das quais se realiza a exploração ou a redenção das massas. (p. 63).

Em contrapartida, nos anos 1970, após serem abafados pela política autoritária do Estado Novo, os negros reacendem os debates para contestar o mito da democracia racial de uma maneira sem precedentes. Nesse cenário temos os trabalhos, na linha sociológica, de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva (1979, 1983) acerca da discriminação e desigualdades raciais por meio da variável *raça*, um componente importante na alocação dos indivíduos ao longo da escala social. (BARCELOS, 1993, p. 16). Em linhas gerais, estes estudos têm encontrado trajetórias escolares diversas para brancos, pretos e pardos, evidenciando desvantagens para estes últimos no acesso à escola e no ritmo de sua progressão, caracterizado como mais lento e acidentado. Conforme afirmam Hasenbalg e Silva (1990, p. 12), “estas desigualdades não podem ser explicadas nem por fatores regionais, nem pelas circunstâncias socioeconômicas das famílias”.

Os anos 1980 são marcados pelas discussões a respeito do Centenário da Abolição da Escravidão no Brasil (1988) e pelo reconhecimento por parte do Estado brasileiro da existência do racismo. Nesse contexto, diversas atividades ocorreram para desvelar o mito da democracia racial e protestar contra as comemorações oficiais que, de certo modo, exaltavam a pretensa harmonia racial

---

<sup>6</sup> A esse respeito, Kabengele Munanga, no texto *Mestiçagem e identidade afro-brasileira* (1999, p. 9-10) afirma que “a mestiçagem como etapa transitória no processo de branqueamento constitui peça central da ideologia racial brasileira, embora reconheçamos que todos os intercursos sexuais entre brancos e negros não foram sugeridos por essa ideologia [...] o processo de mestiçamento no Brasil foi, talvez, o mais alto e intenso do continente americano nos últimos cinco séculos de nossa história”.

---

brasileira. Resumindo este período, Guimarães (2001) afirma que: “a novidade, nos anos 1980, foi a adoção de uma postura, a um só tempo, nacionalista e culturalista” (p. 133).

Para Consorte (1991, p. 89), nos anos finais de 1970 e os anos de 1980, a pesquisa referente aos negros se modifica, houve um crescimento da presença do negro como investigador de sua problemática e a assunção de uma postura crítica sobre tudo o que se produzia a seu respeito, chamando para si não apenas a reflexão, mas as formas de atuação capazes de reverter a sua situação no interior da sociedade brasileira. Ademais, evidenciam-se as denúncias sobre as discriminações a que os negros eram submetidos, enfatizando os prejuízos de que eram vítimas, especialmente dentro do sistema educacional brasileiro.

Nesse empreendimento, por meio do trabalho de revisão bibliográfica, é possível compor o entendimento acerca de termos e conceitos utilizados nos aspectos circunscritos sobre as relações étnico-raciais, tais como: *raça*<sup>7</sup>, racismo<sup>8</sup>, preconceito racial, discriminação racial, ideologia de branqueamento<sup>9</sup>, mito da democracia racial<sup>10</sup> e ações afirmativas<sup>11</sup>. Essa conceituação ofereceu subsídios à compreensão das principais questões que estão sendo debatidas sobre as questões étnico-raciais na sociedade brasileira e como foram construídas historicamente. Desse modo, para vislumbrar um maior investimento teórico, procuramos adensar nossa busca nos estudos mais recentes, especificamente a partir da promulgação da Lei 10.639/2003.

---

<sup>7</sup> O termo *raça* não será usado em sentido biológico, visto que os estudos de genética constataram que não existem raças na acepção biológica, entre humanos. (COELHO; CABRAL, 2008, p. 25). Sua utilização é dotada de um sentido político, em suas dimensões históricas e sociais, inseridas nas relações de poder, dominação e exclusão e a partir das características do racismo brasileiro (MUNANGA, 1999; GUIMARÃES, 1999; GOMES, 2005).

<sup>8</sup> No Brasil, o grupo populacional definido como negro é vitimado pelo racismo. Segundo Gomes (2005), de um lado, o racismo é um comportamento, uma ação que resulta da aversão (por vezes, do ódio), com relação a pessoas que têm um pertencimento racial observável, como a cor da pele e o tipo de cabelo. De outro lado, são ideias e imagens sobre os grupos humanos que partem do pressuposto da existência de raças superiores e inferiores. Dessa maneira, é uma forma de dominação simbólica subjetiva formulada no contexto das relações de poder (BOURDIEU, 1998) e raciais do nosso país, baseada no pressuposto ideológico da existência de hierarquia entre raças.

<sup>9</sup> A ideologia do branqueamento se nutre das doutrinas ideológicas que pretendiam mostrar a suposta superioridade da raça branca. Conferir discussão ampliada em BENTO. In: CARONE, 2002.

<sup>10</sup> Este mito exalta a convivência harmoniosa entre as pessoas de todas as camadas sociais e grupos raciais, disfarçando as desigualdades e encobrindo os conflitos. Segundo Guimarães (1999, p.13): a “democracia racial” mais que um ideal era um mito; um mito racial, para usarmos as palavras de Freyre. O autor dessa nova substância política (“o mito da democracia racial”) foi justamente alguém que já dialogava criticamente com a obra e as ideias de Freyre desde o início de sua formação acadêmica: Florestan Fernandes.

<sup>11</sup> Ações afirmativas são um conjunto de políticas públicas ou privadas, de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, idealizadas para combater a discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos da discriminação praticada no passado. Objetivam a concretização do ideal de igualdade de acesso a benefícios como a educação e o emprego. (PNUD, 2005, p. 143).

---

Em busca desse panorama buscamos o Banco de Teses da Capes, as bibliotecas dos cursos de Pós-graduação em Educação e os grupos de pesquisas sobre as relações étnico-raciais cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de modo a compreender as interfaces entre educação e relações raciais.

Interessa ressaltar, nesse momento da pesquisa, que entre os grupos de pesquisas cadastrados no CNPq, com a temática *relações raciais e educação*<sup>12</sup>, três datam suas atividades desde a década de 1990, são eles: *Estudos sobre a criança, a infância e a educação infantil: políticas e práticas da diferença* (Ufscar), ano de formação 1998, sob a liderança de Anete Abramowicz e Débora de Barros Silveira, com cinco linhas de pesquisas, porém somente duas<sup>13</sup> focam a temática racial; *Movimentos Sociais e Educação* (UFMT), ano de formação 1993, sob a liderança de Artemis Augusta Mota Torres e Luiz Augusto Passos, com cinco linhas de pesquisas, mas somente uma<sup>14</sup> focaliza as relações raciais; *Práticas Sociais e Processos Educativos* (Ufscar), ano de formação 1997, sob a liderança de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Maria Waldenez de Oliveira, com quatro linhas de pesquisas, somente uma<sup>15</sup> foca diretamente a educação e as relações raciais.

---

<sup>12</sup> Vale ressaltar que com esta temática, encontramos 25 grupos de pesquisas cadastrados. Ver Quadro 1.

<sup>13</sup> A produção da criança e da infância e dos jovens a partir das práticas: discursivas, de saber e poder. Tal linha pretende compreender as maneiras pelas quais são produzidas as crianças e as infâncias a partir das práticas discursivas, das relações de saber e poder adotando-se Michel Foucault e Gilles Deleuze como referencial teórico. Pesquisa-se a maneira pela qual são produzidas as relações de gênero, raciais, etárias e as questões que atravessam a temática etnia. Palavras-chave: Criança e infância. Diferenças. Relações de gênero. Relações etárias. Relações étnico-raciais.

*Diferenças: relações étnico-raciais, de gênero e etária.* Esta linha pesquisa a partir do referencial foucaultiano e deleuziano, tomando como pensamento a diferença. Palavras-chave: Diferenças. Relações de gênero. Relações etárias. Relações étnico-raciais.

*Formação de professores e outros agentes educacionais.* Formação continuada de professores da educação infantil e ensino fundamental: articulando prática e teoria. Projeto de pesquisa que visa à formação de professores da rede pública. Atualmente, trabalhamos na formação de 14.500 professores da rede estadual para a formação das relações étnico-raciais. Palavras-chave: Criança e infância. Educação infantil. Ensino e aprendizagem. Formação de professores. Políticas públicas.

<sup>14</sup> *Diversidades culturais e educação.* Estudar os grupos societários culturalmente distintos, marcados ou não por questões étnicas e raciais, que invocam a necessidade de revisão das políticas educacionais, mediante incorporação dos conceitos de diferença e pluralidade. Palavras-chave: Diversidades culturais. Educação popular. Relações raciais.

<sup>15</sup> *Combate à prática do racismo e a outras discriminações na educação.* Avaliar pedagogias que visem a combater a prática do racismo e outras discriminações. Dialogar com pedagogias correntes na educação brasileira. Identificar, coletar e interpretar permanências do pensamento africano entre os afro-brasileiros, com vistas à elaboração de referências teóricas de raiz africana para a educação brasileira. Palavras-chave: Educação das relações étnico-raciais. Educação de relações entre gêneros, gerações, classe. Identidades/Comunidades. Pedagogia/Pedagogias. Processos educativos. Saber/Aprender.

Quadro 2: Grupos de Pesquisas cadastrados no CNPq com a temática *relações raciais e educação*

º	GRUPO	ANO DE CRIAÇÃO	VÍNCULO	LINHAS DE PESQUISA (Quant.)
1	CORPO EDUCAÇÃO E CULTURA (COEDUC) Li: Beleni Saete Grando	2005	UNEMAT	05 (04 voltadas para as relações raciais)
2	CULTURA, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL Li: Márcio Xavier Bonorino Figueiredo	2005	UFPEL	13 (só 01 é voltada para as relações raciais)
3	EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS Li: Nanci Helena Rebouças Franco	2010	UFAL	04
4	EDUCAÇÃO, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E INTERCULTURAIIS Li: Eugenia da Luz Silva Foster	2006	UNIFAP	02
5	ESCOLARIZAÇÃO, PRÁTICAS DOCENTES E CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS Li: Vânia Beatriz Monteiro da Silva	2000	UFSC	04 (só 01 é voltada para as relações raciais)
6	ESTUDOS SOBRE A CRIANÇA, A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL: POLÍTICAS E PRÁTICAS DA DIFERENÇA. Li: Anete Abramowicz	1998	UFSCAR	05 (03 voltadas para as relações raciais)
7	ESTUDOS SOBRE EDUCAÇÃO E DIFERENÇA: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, DE GÊNERO E ETÁRIAS Li: Ione da Silva Jovino	2008	UEPG	03 (02 voltadas para as relações raciais)
8	FORMAÇÃO DE PROFESSORES E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS Li: Erisvaldo Pereira dos Santos	2009	UFOP	01
9	GERAJU – EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: GÊNERO, RAÇA/ETNIA E JUVENTUDE Li: Wivian Weller	2005	UNB	03 ( 02 voltadas para as relações raciais)
0	GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA em EDUCAÇÃO, GÊNERO, RAÇA e ETNIA Li: Maria Jose de Jesus Alves Cordeiro	2008	UEMS	04
1	GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS IDENTIDADES E ALTERIDADES: DESIGUALDADES E DIFERENÇAS NA EDUCAÇÃO (GEPIADDE) Li: Maria Batista Lima	2007	UFS	03
2	GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL Li: Daniela Auad	2007	UNIFESP	03 (só 01 voltada para as relações raciais)
3	GRUPO DE PESQUISA EM CULTURAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS E EDUCAÇÃO – GPAfro Li: Nelma Cristina Silva Barbosa	2009	IAT/SEC	03
4	Identidades culturais: preservação e transitoriedade na cultura afro-brasileira	2007	UPE	07 (05 voltadas para as relações raciais)

	Li: Sílvia Nubia Chagas			
5	LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS	2008	UESC	01
6	Li: Rachel de Oliveira MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO	1993	UFMT	05 (só 01 voltada para as relações raciais)
7	MovSE: MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO POPULAR Li: Conceição Paludo	2009	UFPEL	06 (02 voltadas para as relações raciais)
8	NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS – GERA Li: Wilma de Nazaré Baia Coelho	2006	UFPA	02
9	NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL – NEPIE Li: Gizele de Souza	2007	UFPR	10 (só 01 voltada para as relações raciais)
0	NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO Li: Maria Lúcia Rodrigues Muller	2002	UFMT	06
1	NÚCLEO VIDA E CUIDADO: ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE VIOLÊNCIAS Li: Ana Maria Borges de Sousa	2002	UFSC	04 (só 01 voltada para as relações raciais)
2	PRÁTICAS SOCIAIS E PROCESSOS EDUCATIVOS Li: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Maria Waldenez de Oliveira	1997	UFSCAR	04 (só 01 voltada para as relações raciais)
3	PRETA – POLÍTICAS PÚBLICAS, RELAÇÕES RACIAIS, EDUCAÇÃO E ALTERIDADE Li: Paulo Alberto dos Santos Vieira	2004	UNEMAT	01
4	RACISMO E EDUCAÇÃO: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DO DOCENTE Li: Benjamin Xavier de Paula	2005	UFU	02
5	RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO Li: Wilma de Nazaré Baia Coelho	2007	UNAMA	02

Fonte: Capturado, pela autora, do site do CNPq em outubro de 2010.

Com a temática *Negro e Educação*, dentre os treze grupos encontrados, três iniciaram suas atividades, também, na década de 1990. Assim, destacam-se os grupos : *Ifaradá – Núcleo de Pesquisa sobre Africanidades e Afrodescendência* (UFPI), ano de formação 1995, sob a liderança de Ana Beatriz Souza Gomes, com quatro<sup>16</sup> linhas de pesquisas voltadas para a temática; *Neinb –*

<sup>16</sup> *Educação e Afrodescendência*. Pesquisar sobre a educação das relações étnico-raciais e implementação do ensino da educação, história e cultura afrodescendente, práticas pedagógicas curriculares relacionadas aos afrodescendentes em instituições de ensino. Palavras-chave: Afrodescendente. Educação. Instituições de ensino.

---

*Núcleo de Apoio à Pesquisa em Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro (USP)*, ano de formação 1996, sob a liderança de Eunice Aparecida de Jesus Prudente e Dilma de Melo e Silva, com cinco linhas de pesquisas, somente quatro<sup>17</sup> focalizam a temática; *Programa de Educação Sobre Negro na Sociedade Brasileira (UFF)*, ano de formação 1995, sob a liderança de Iolanda Oliveira e Márcia Maria de Jesus Pessanha, com nove<sup>18</sup> linhas de pesquisas voltadas para as

---

*Escravidão*. Levantamento e análise de fontes sobre a sociedade escravista, sendo concretizado com a publicação da triologia Piauí Escravista, tendo concluído o primeiro volume Piauí escravista dos viajantes.

*Literatura e afrodescendência*. Investigar a formação da identidade racial em escolas de ensino médio, em Teresina, a partir de suas práticas de leitura de textos literários de autores afrodescendentes que abordem tema das relações raciais no Brasil. Apoiado num levantamento da realidade social e étnico-racial do estudante e na aplicação de atividades didático-pedagógicas de interpretação dos textos em sala de aula.

*Movimento Negro e Educação*. Pesquisar as formas de atuação do movimento negro no Sistema Educacional para o ensino das africanidades e afrodescendências e discussões sobre a educação das relações étnico-raciais. Palavras-chave: Direitos Humanos. Educação Escolar. Movimento Negro.

<sup>17</sup> Comunicação, Artes e Produção Simbólica. Os estudos midiáticos constituem-se numa perspectiva necessária para a compreensão das peculiaridades vivenciadas por sociedades multirraciais. Aliados à análise crítica dos meios de comunicação e das artes, conceitualmente abordados pela “educomunicação” e pela “mediação”, podem auxiliar a construção e exercício dos direitos fundamentais. Palavras-chave: Artes. Comunicação. Educação. Etnicidade. Mediações.

*Constituição e Direito à Identidade*.

*Estudos sobre Multiculturalismo*. Estudar e compreender os fundamentos sobre os quais as discussões sobre multiculturalismo, políticas de reconhecimento e políticas da diferença. Investigar as políticas cujo objetivo é o reconhecimento de grupos historicamente discriminados e excluídos. Palavras-chave: Diferença. Identidade. Inclusão. Multiculturalismo. Políticas de reconhecimento;

*História do Brasil/História afro-brasileira e Políticas Públicas para a Inclusão Social*. Esta linha tem como objetivo conhecer as políticas públicas destinadas à inclusão dos grupos sociais em função de gênero ou raça/etnia e investigar o impacto dessas políticas na geração de valores, valores democráticos, na formação e transformação das subjetividades (identidades e autoconhecimento) e na construção de novas epistemologias (geração de conceitos, teorias e conhecimentos) acerca dessa população. Palavras-chave: Gênero. Negros. Políticas públicas. Raça. Social.

<sup>18</sup> *A questão racial na formação de professores e uso do livro didático*. Realizar pesquisas sobre a formação inicial e continuada de profissionais do magistério, no âmbito das relações étnico raciais e o uso do livro didático na sala de aula. Palavras-chave: Livro didático. Negro. Educação. Docência. Escola básica.

*A Questão Racial na Formação de Profissionais de Educação*. Averiguar a maneira pela qual tem se dado a formação dos profissionais de educação confrontando-a com os referenciais teórico-metodológicos que respaldam uma prática pedagógica comprometida com a promoção de todos os estudantes em sua diversidade étnico-racial. Palavras-chave: Raça. Currículo. Práxis Pedagógica.

*Juventude Negra e Violência*

*Mulher Negra e Educação*. Estabelecer a relação entre a trajetória de vida de mulheres negras e o seu acesso à educação, bem como a influência deste direito no processo de mobilidade social das mesmas.

*Negro na Universidade*. Estabelecer a relação entre a trajetória de vida de mulheres negras e o seu acesso à educação, bem como a influência deste direito no processo de mobilidade social das mesmas. Palavras-chave: Negro. Universidade.

*O Negro na História da Educação Brasileira*. Construir a história da educação do negro no Brasil de modo paralelo à história da educação brasileira, apontando os momentos em que esse direito é negado a população considerada e ao mesmo tempo reivindicada pelos respectivos movimentos sociais através dos tempos. Palavras-chave: Negro. Educação.

relações raciais. Desse modo, podemos inferir que os estudos realizados nas décadas de 1970 e 1980 influenciaram esses pesquisadores para o desenvolvimento das temáticas raciais nas décadas subsequentes, conforme demonstramos abaixo:

Quadro 3: Grupos de pesquisas cadastrados no CNPq com a temática *negro e educação*

o	GRUPO	ANO DE CRIAÇÃO	VÍNCULO	LINHAS DE PESQUISA (Quant.)
1	CENTRO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS ÁFRICA-AMÉRICAS Li: Eliesse dos Santos Teixeira Scaramal	2004	UEG	03
2	EDUCAÇÃO SUPERIOR E DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL Li: Ahyas Siss	2006	UFRRJ	04
3	EDUCAÇÃO, TRABALHO E CULTURA Li: Janaina Pereira de Oliveira Ricardo Cesar Rocha da Costa	2009	IFRJ	03 (só 01 referente às relações raciais)
4	GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL – GEPPIS Li: Gislene Aparecida dos Santos	2005	USP	03 (02 voltadas para as relações raciais)
5	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM GOIÁS NO SÉCULO XIX Li: Valdeniza Maria Lopes da Barra	2004	UFG	04 (02 voltadas para as relações raciais)
6	IFARADÁ – NÚCLEO DE PESQUISA SOBRE AFRICANIDADES E AFRODESCENDÊNCIA DA UFPI Li: Ana Beatriz Sousa Gomes	1995	UFPI	04
7	LEITURA DE IMAGENS DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA Li: Tânia Mara Pedroso Muller	2010	UFF	02
8	Movimentos Sociais, Educação e Democracia Li: Allene Carvalho Lage e Ivandro da Costa Sales	2007	UFPE	05 (03 voltadas para as relações raciais)
9	NEINB – NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE O NEGRO BRASILEIRO Li: Eunice Aparecida de Jesus Prudente e Dilma de Melo e Silva	1996	USP	06 (05 voltadas para as relações raciais)
0	NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS Li: Maria Aparecida Gomes	2000	UNIPLAC	02
1	NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS Li: Nilma Lino Gomes	2007	UFMG	06

*O Negro na Literatura.*

*Políticas de Ação Afirmativa.* Realizar estudos sobre as perspectivas brasileiras sobre ação afirmativa de modo geral e sobre as propostas em curso na universidade e escola básica. Palavras-chave: Inclusão Social.

*Relações interétnicas: raça, etnia e literatura.*

2	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SOBRE NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA Li: Iolanda Oliveira e Márcia Maria de Jesus Pessanha	1995	UFF	09
3	TRABALHO, MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO Li: Marlene Ribeiro e Carmen Lucia Bezerra Machado	2002	UFRGS	02

Fonte: Capturado, pela autora, do site do CNPq em outubro de 2010.

A esse respeito, temos a contribuição de Marli André (2007) em texto publicado sobre os desafios da pós-graduação e da pesquisa em educação, a qual afirma que os grupos de pesquisa devem se transformar em instâncias verdadeiramente formadoras, pois, além de espaços de formação de pesquisadores, os grupos de pesquisa podem ajudar a consolidar linhas de pesquisa, a aprofundar a fundamentação teórica dos trabalhos e a reduzir as fragilidades metodológicas tão frequentes nos estudos da área (p. 50).

É importante ressaltar que ao tratar da temática racial, observamos nos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, a possibilidade de estudos interconectados, de alargamento de possibilidades de conhecimentos que são, ao mesmo tempo básicos em uma especialidade mas, que necessitam de aportes de outros campos como a antropologia, a sociologia, a psicologia, a história só para citar alguns.

Regina Pahim Pinto (1992) em análise realizada, sobre as pesquisas nos anos 1970, considerando os aspectos raça e educação, nos Cadernos de Pesquisas da Fundação Carlos Chagas concluiu que as temáticas têm priorizado três enfoques: representações de categorias étnico-raciais nos materiais didáticos e paradidáticos; análise das estatísticas educacionais em função da raça/cor da população e identidade/socialização das crianças negras (p. 41). A autora alerta ainda que, apesar de alguns pesquisadores dedicarem-se à temática, isto não foi suficiente para sensibilizar pesquisadores na área da Educação, “que raramente incluem a dimensão raça/cor em suas investigações”. (PINTO, 1992, p. 46).

Gonçalves e Silva (1998) categorizaram os estudos sobre relações raciais e educação entre os anos 1980 e 1990, tomando por base a Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) havendo um predomínio sobre as seguintes questões: identidades de crianças negras; estereótipos e preconceitos nos livros didáticos; identidade étnica de trabalhadores rurais; rituais pedagógicos enquanto mecanismo de discriminação racial; formação e trajetórias de professores negros e avaliação de experiências no campo da multiculturalidade.

---

Entretanto, há autores, relacionados a esse período, que em seus estudos afirmam que a pesquisa sociológica sobre educação tem negligenciado a dimensão racial e seus efeitos na distribuição de oportunidades educacionais entre os diferentes grupos de população. Hasenbalg e Silva (1990) citando como prova dessa negligência um levantamento sobre evasão e repetência no 1º grau no Brasil, onde não consta uma só pesquisa que considere raça ou cor como determinantes da escolaridade, os autores lamentam que “uma variável que deveria ser crucial neste campo de investigação é simplesmente ignorada pelos estudiosos do tema” (p. 06).

Para esses autores, é só em período muito recente que este quadro da pesquisa educacional começou a mudar em alguma medida, devido à atuação de educadores e ativistas do movimento negro no sentido de detectar e denunciar os conteúdos racistas transmitidos pelo sistema formal de ensino. As críticas têm se centrado na estrutura do currículo escolar (que exclui temas como história da África e do negro no Brasil, vistas como fontes de uma identidade racial positiva) e na maneira estereotipada e preconceituosa com que o negro é apresentado nos livros didáticos<sup>19</sup>. Estas iniciativas vêm ocorrendo, mais recentemente, por meio de leis municipais<sup>20</sup> e estaduais para inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares e da alteração da LDB 9394/96 pela Lei Federal 10.639/03, e, esta alterada recentemente pela Lei 11.645/08, da implementação de ações afirmativas, na modalidade de cotas raciais em universidades brasileiras e, da discussão e aprovação em torno do Estatuto da Igualdade Racial.

Apesar desse esforço, Ribeiro (2005), afirma que nos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Educação ainda é reduzida a quantidade de pesquisas sobre as relações étnico-raciais. A partir de meados dos anos 1990, entretanto, é crescente o número de dissertações e teses que vêm problematizando sobre tais questões, desvelando as mais diversas facetas da discriminação a que está submetida à população negra nos sistemas educacionais, assim:

As contribuições destas pesquisas estão no fato de denunciarem vigorosamente os prejuízos a que a população negra está sujeita dentro das instituições educacionais em todos os níveis, nas relações interpessoais, recursos e práticas pedagógicas. (RIBEIRO, 2005, p. 209).

---

<sup>19</sup> A esse respeito, ver estudos de Ana Célia da Silva (1988, 2004); Fúlvio Rosenberg (1979); Regina Pahim Pinto (1987); Esmeralda Negrão (1988), entre outros.

<sup>20</sup> Sobre a inclusão da história dos negros e dos africanos nos currículos escolares a partir de final dos anos 1980, por meio de leis nos ensinos fundamental e médio nas redes estaduais e municipais, ver SANTOS, Sales Augusto. *Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação; Secad, 2005. p. 21-37.

---

Exemplificativamente e a esse respeito, citaremos alguns trabalhos que discutem a temática racial na década de 1990. O trabalho de Lucimar Rosa Dias (UFMS, 1997), intitulado de *Diversidade Étnico-Racial e Educação Infantil. Três Escolas, Uma Questão, Muitas Respostas*, no qual a autora se propôs a estudar o cotidiano da pré-escola e a maneira como nele se expressam as relações raciais existentes entre negros e brancos na sociedade brasileira. Empregando a concepção de cotidiano como espaço não dissociado da história, cuja análise se legitima quando são superadas as balizas do pensamento ali construídos. O tema fora tratado com as lentes de quem vê essa sociedade sedimentada em visões racistas e de classe. São essas duas dimensões – raça e classe – que articuladas com a noção de cultura, observação e análise da educação infantil permitiu avaliar as possibilidades existentes nesse espaço contraditório para a construção de relações menos conflituosas. Priorizou a utilização de procedimentos antropológicos, três escolas de Campo Grande (MS) foram tomadas como *loci* de investigação. Em suas conclusões a autora afirma ser um processo, inconcluso por sua riqueza e ineditismo de onde emergem várias perguntas sobre o tratamento que pode vir a merecer a discussão da questão racial entre crianças de cinco e seis anos.

Ainda, referente a este período, o trabalho de Maria Betânia Pereira Gomes Guerra (1997), sob o título de *Negro e educação: um estudo na escola pública de 1º grau* objetivou analisar criticamente as falas e imagens sobre o negro, presentes no contexto escolar, tomando como base, para levantamento de dados empíricos, depoimentos de alunos e professores do 2º segmento do 1º grau regular, de uma escola pública do Município do Rio de Janeiro. O estudo da autora também pretendeu contribuir para uma maior compreensão das práticas sociais de pertencimento e exclusão do povo negro, revelando o processo de formação de cidadania, no qual se situam as relações raciais no Brasil contemporâneo.

O trabalho de Elizabete Aparecida Pinto (1993), intitulado *Etnicidade, Gênero e Educação: A trajetória de vida de D. Laudelina de Campos Mello (1904-1991)*, se propõe a desvendar o processo de identidade étnica, de gênero e o processo educacional de Laudelina de Campos Melo. É um estudo etnográfico, procura explicitar a história de vida de uma militante negra, no período em que viveu. A autora se vale da história oral, ressaltando que “a linguagem [...] proporcionou as diversas culturas africanas que aqui vieram, organizar as formas de resistências dentro de uma realidade comum na senzala [...] principalmente no pós-abolição” (p. 54). O estudo concluiu que por meio de pesquisas histórico-sociológicas é possível analisar a vida de determinadas pessoas, permitindo apreender com mais clareza a complexidade dos contextos sociais em que viveram (p. 490). Assim, foi possível perceber como se construiu a identidade étnica e de gênero dessa militante, a influência do Movimento Negro para o seu processo de desenvolvimento educacional.

---

Nessa direção, e procurando ressaltar o papel fundamental do movimento negro para a educação escolar, o trabalho de Maria Helena Viana Souza (1996), denominado de *Ideologia Racial, Movimento Negro no Rio de Janeiro e Educação Escolar*, analisa dez instituições do movimento negro e suas inter-relações com a educação escolar. O estudo, neste período já apontava como possível causa para a não abordagem das questões raciais, dentro do espaço escolar, a não inclusão da História da África e outras questões afins no currículo oficial e a deficiência na formação dos professores. A autora ressalta a insuficiência de estudos sobre o negro no campo educacional, pois “é um tema disperso na extensa bibliografia encontrada sobre o negro brasileiro” (p. 13). Conclui seu estudo, afirmando que para os movimentos negros do Rio de Janeiro a educação escolar tem significativo papel em prol de uma educação formal menos discriminatória. Assim o fizeram porque acreditam que a escola é um dos espaços onde a questão racial pode e deve ser trabalhada (p. 179).

Após a leitura da produção pesquisada, ficou-me a impressão inquietante de que uma das maneiras possíveis de se falar de relações raciais seria discutindo-se a questão por meio do currículo. Negro, educação e currículo eram temas interligados. Os estudos de pesquisas resvalam numa análise que condiciona esta relação negro-educação-curriculo, o que de certa forma me situou na história (recente) das ideias sobre as relações raciais e a educação.

Nesse sentido, a sistematização e análise dos trabalhos que discutem a desigualdade racial, focando os currículos da Educação Básica, pode contribuir para problematizações e apontar possibilidades de mudança. A discussão das pesquisas que enfoquem as relações étnico-raciais nos currículos escolares pode trazer, também subsídios para o debate sobre a alteração do currículo – ainda hegemônico – por meio da legislação em vigor, Lei 11.645/08. Essa lei alterou a Lei 10.639/03 e torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares.

Neste estudo preliminar realizado, percebemos nos programas investigados que há uma organização dos trabalhos defendidos permitindo o rastreamento do já construído, orientando o leitor na pesquisa bibliográfica destas produções. Eles podem ser consultados em ordem alfabética por autores, por anos de defesa. Nessa organização, trazem os títulos das dissertações de mestrado e teses de doutorado, mas também o dado identificador de cada pesquisa quanto aos nomes do autor e do orientador, da banca examinadora, do local, data da defesa do trabalho, da área em que foi produzida, linha de pesquisa específica dos programas. Os dados bibliográficos são retirados das dissertações de mestrado e das teses de doutorado para serem inseridos nas páginas dos programas.

---

Exemplificativamente, os títulos que se referem às dissertações e às teses informam ao leitor a existência de tal pesquisa. Normalmente, eles anunciam a informação principal do trabalho ou indicam elementos que caracterizam o seu conteúdo. Longe das prescrições, tal qual a de Severino (2007): “O título deve expressar, [...] o conteúdo temático do trabalho. Poderá, eventualmente, ser metafórico, mas, nesses casos, dever-se-á acrescentar um subtítulo tematicamente expressivo” (p. 129). Portanto, os autores criam diferentes títulos para diferentes gostos. Na pesquisa realizada há títulos curtos, longos, densos, subjetivos. Há títulos seguidos de ponto final (a maioria), mas também os acompanhados por interrogações, e até por reticências.

Com o fito de contribuir com a produção de consumo desse material de consulta, constata-se que não bastam apenas apresentar as referências limitadas ao registro dos principais dados, mas evidenciar o *resumo* como um meio de divulgação de modo abrangente dos trabalhos produzidos na esfera acadêmica. Assim, Severino (2007, p.209) prescreve o que deve constar em cada resumo para passar ao leitor uma ideia completa do teor do documento analisado: a natureza do trabalho, indicar o objeto tratado, o objetivo principal de investigação; a metodologia/ procedimento utilizado na abordagem do problema proposto; o instrumento teórico, técnicas, sujeitos e métodos de tratamento dos dados; os resultados; as conclusões e, por vezes, as recomendações finais.

Detectamos, a partir da leitura dos resumos dos trabalhos, uma tendência (majoritária, mas não totalizante, que encontra exceções em especial nos trabalhos de doutorado) a promover um *encaixe* dos objetos estudados em conceitos mobilizados para dar conta das hipóteses dos autores dos trabalhos. A reflexão a partir dos conceitos trazidos pelos autores citados nos trabalhos fica comprometida e reduzidos a uma reflexão mais empírica do que teórica, ainda que o façam demonstrar mais um diálogo superficial do que uma discussão aprofundada com os autores. Podemos especular que isso acontece em função de a maioria dos trabalhos serem de nível mestrado, portanto, com um tempo exíguo para o aprofundamento das pesquisas e por se tratarem de relatos de observações, narrativas de memórias ou estudos de caso. Outra hipótese é pensar que estes trabalhos não propuseram ousadia em relação aos seus objetos e se detiveram na exploração de suas hipóteses, para justificá-las.

Isso nos leva a pensar com Chartier (1990, 2002), considerando o material que temos em mãos, a partir da noção de *suporte material* em que cada resumo se apresenta e que, portanto, há uma maneira representacional de ler os resumos a partir do suporte material que os abrigam (CD-ROM, banco de dados, resumo na própria tese), interrogando-os não só como textos, mas como objeto cultural, para os quais a história se baseia na linguagem dos atores, nas palavras que usam, nas representações que têm, nas suas percepções e determinações sociais que não são homogêneas

---

(p. 151). Um objeto cultural criado para satisfazer uma finalidade específica, para ser usado por certa comunidade de leitores; que propõe maneiras diferentes de lê-lo; que obedece a certas convenções, normas relativas ao gênero do discurso, ao suporte material em que se encontra inscrito e às condições específicas de produção.

De modo geral, este levantamento aponta que o campo relacional entre as relações raciais e a educação já foi, e ainda é vislumbrado por estudiosos das áreas em questão, sob um olhar de uma concepção ideológica de mestiçagem que até hoje predomina no Brasil e contribuiu para a invisibilidade a que os negros estiveram sujeitos durante boa parte da história desse país. Uma mestiçagem que, em nome de uma identidade nacional homogênea<sup>21</sup>, acabaram desconsiderando a história dessa população, sua ancestralidade, sua memória e sua contribuição à cultura brasileira. Por isso, ainda precisa ser expandido e consolidado, com pesquisas em maior volume, mais distribuídas pelos estados e regiões do país e que deem conta das especificidades dos objetos e dos desafios que a centralidade discussional sobre o negro nos dias de hoje impõem para o campo da educação.

Um dado importante é que grande parte dos trabalhos direciona-se a temática do currículo e formação de professores em seus aspectos mais gerais, ficando em segundo plano a questão racial na perspectiva de ações afirmativas<sup>22</sup> e/ou enquanto movimento social, cultural e político.

Esta pesquisa identificou ainda, as produções a partir das seguintes palavras chaves: ações afirmativas, afrodescendentes, movimento negro, currículo, relações raciais, formação de professores, discriminação racial, racismo, preconceito, diversidade racial, identidade negra, História da África, Lei 10.639/03, multiculturalismo, negritude, políticas afirmativas, quilombos, raça, preconceito racial, identidade étnica, negro, capoeira, formação docente, pedagogia multirracial, população negra, literatura africana e afrodescendente, prática pedagógica, crianças negras entre outras. Ver quadro abaixo:

---

<sup>21</sup> Ver a esse respeito autores como: Skidmore (1976); Schwarcz (1993), Damatta (1983), Guimarães (2001, 2002) que trazem a discussão do negro na formação da identidade nacional.

<sup>22</sup> Ações afirmativas são um conjunto de políticas públicas ou privadas, de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, idealizadas para combater a discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos da discriminação praticada no passado. Objetivam a concretização do ideal de igualdade de acesso a benefícios como a educação e o emprego. (PNUD, 2005, p. 143).

Quadro 4: Palavras-chave recorrentes nos grupos de pesquisas cadastrados no CNPq

Palavras - chave	Quantidade	%
Ações Afirmativas	7	3,64
África	1	0,5
Afrodescendente	2	1,04
Ancestralidade	2	1,04
Cidadania e Multiculturalismo	1	0,5
Cor	1	0,5
Cotas	1	0,5
Cultura	12	6,25
Currículo	4	2,08
Currículo e cultura	1	0,5
Desigualdade racial	1	0,5
Diáspora	1	0,5
Discriminação racial	6	3,12
Diferença	5	2,60
Direitos	2	1,04
Diversidade	6	3,12
Diversidade cultural	4	2,08
Educação	18	9,37
Educação e cidadania	2	1,04
Etnia	8	4,16
Etnicidade	1	0,5
Formação de Professores	8	4,16
História do negro no Brasil	4	2,08
Identidade	8	4,16
Inclusão	3	1,56
Interculturalidade	3	1,56
Juventude negra	3	1,56
Lei 10.639/03	4	2,08
Memória	1	0,5
Movimentos sociais/ movimento negro	8	4,16
Multiculturalismo	2	1,04
Negro	7	3,64
Negro e Educação	4	2,08
Negro e universidade	1	0,5
Políticas de cotas para afro-brasileiros	1	0,5
Políticas de reconhecimento	3	1,56
Preconceito	5	2,60
Quilombo	3	1,56
Racismo	1	0,5
Raça	7	3,64

Raça, gênero e educação	5	2,60
Relações étnico-raciais	17	8,85
Relações interétnicas	2	1,04
Relações raciais e educação	6	3,12
TOTAL	192	100%

Fonte: Capturado, pela autora, do site do CNPq em outubro de 2010.

Neste direcionamento e, tomando por base as palavras-chaves, ressaltamos alguns trabalhos onde a temática racial se consubstancia, a saber: *As Pedagogias do Movimento Negro no Rio De Janeiro e Santa Catarina (1970-2000): Implicações Teóricas e Políticas para a Educação Brasileira* (LIMA, 2009), onde o autor se propõe a superar o desconhecimento na sociedade e na história da Educação de propostas pedagógicas desenvolvidas pelo Movimento Negro. Investigando a Pedagogia Multirracial desenvolvida no Rio de Janeiro, na década de 1980. Como também seu desdobramento, no século XXI, na elaboração da Pedagogia Multirracial e Popular, no estado de Santa Catarina, pelo Núcleo de Estudos Negros (NEN), entidade do MN da capital.

E ainda, *O Uso de Literatura de Base Africana e Afrodescendente junto a Crianças de Escolas Públicas de Fortaleza: Construindo Novos Caminhos para Repensar o Ser Negro* (SILVA, 2009), cuja proposta de trabalho da autora é verificar até que ponto o referencial literário de base africana e afrodescendente, enquanto recurso pedagógico contribuiria para que um grupo de crianças produzisse novos conceitos sobre o ser negro. Estudo que tem como intenção contribuir com a Lei 11.645/08, que instituiu o ensino da História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena na educação básica. Aliando pesquisa e intervenção, a autora fez desse momento espaço de contribuição para o processo de formação de professores(as), permitindo assim a fomentação de metodologias que propiciassem a inclusão no currículo escolar desse referencial cultural de base africana.

Essas duas produções se configuram nas duas dimensões que as pesquisas vêm se direcionando no âmbito das academias. Ou seja, os estudos analisados nesta pesquisa situam-se em grande parte nestas linhas, pois constroem a relação entre educação e relações raciais e/ou analisam a questão racial como instrumento de formação, conscientização, expressão e emancipação de um grupo constituinte da formação identitária nacional.

Para referenciar o que afirmamos Cunha Junior (1999), ao analisar produções acadêmicas de interesse dos afrodescendentes argumenta que estas produções podem ser demarcadas em duas direções:

---

[...] um das africanidades brasileiras, minoritário na produção de trabalhos, estudando a capoeira, as danças e ritmos desenvolvidos. O outro das relações étnicas, com uma grande ênfase nos problemas da dominação e dos controles étnicos, o que habitualmente é denominado de racismo. A principal temática, portanto, é a denominada de “combate aos racismos”. (p. 21).

Na perspectiva apontada por esta questão o autor aponta que os temas mais trabalhados são: “sala de aula, currículo (explícito e oculto<sup>23</sup>) e relações étnicas e de poder no espaço escolar” (p.22). Assim os temas apresentados nestas produções analisadas que versam sobre as propostas pedagógicas formuladas pelo Movimento Negro no campo da história educacional, bem como de políticas de ações afirmativas que visam o combate ao racismo e as desigualdades presentes na escola, se constituem numa lacuna a ser preenchida por novos estudos.

A primeira produção objetivou identificar as contribuições do Movimento Negro em relação à afirmação da identidade deste povo com também sua atuação na defesa de políticas públicas voltadas para o reconhecimento do negro como sujeito portador de subjetividades. Neste sentido, analisa a participação do MN e sua interferência pedagógica nos Estados de Rio de Janeiro e Santa Catarina de modo a observar o quanto se faz necessário contribuir no avanço do debate sobre as relações raciais, a cultura e história da população negra, que se verificam no âmbito da Educação brasileira contemporânea e que continuam a produzir exclusão e desigualdades das mais variadas formas.

Dentre as diversas ações desenvolvidas pelo MN podemos dar especial destaque a educação, que por comumente refletir valores e por vezes estereótipos<sup>24</sup> e preconceitos de um grupo sobre outro, tem sido o principal alvo para o investimento na superação das desigualdades, da discriminação e do racismo por meio, principalmente, da valorização do respeito como fato incondicional, pautando as relações e a trajetória particular de negros como grupos formadores da sociedade brasileira.

O Movimento Negro brasileiro se configura como o mais importante grupo de pressão dos afro-brasileiros junto ao Estado e à sociedade civil naqueles anos, e também, nos dias atuais, onde a

---

<sup>23</sup> Conforme escreve Silva (1999): “O currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita para aprendizagens sociais relevantes [...] o que se aprende no currículo oculto são fundamentalmente atitudes, comportamentos, valores e orientações” (p. 78).

<sup>24</sup> Opinião preconcebida, difundida entre os elementos de uma coletividade; conceito muito próximo de preconceito (Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais, 2006, p. 218).

---

educação escolarizada aparece como uma de suas principais preocupações e principal mecanismo de ascensão social. (SISS, 2003, p. 52).

Até o momento, podemos dizer que a partir da leitura de estudos de autores contemporâneos nos levam a sustentar a hipótese de que o abandono a que foi relegada a população negra motivou os movimentos negros, do início do século, a chamar para si a tarefa de educar e escolarizar as suas crianças, os seus jovens e, de um modo geral, os adultos.

Gonçalves e Silva (2005) ilustra muito bem o que acabamos de proferir, analisando este período reafirma que não há quase referência quanto à educação como um dever do Estado e direito das famílias. As entidades invertem a questão. A educação aparece como uma obrigação da família. A crítica ao descaso do governo para com a educação dos negros aparece na mesma proporção em que o protesto racial endurece, ou seja, se radicaliza no fomento de implementar políticas públicas que atendam às demandas e aos interesses específicos de segmentos sociais diferenciados eliminando os elevados índices de desigualdades.

A segunda produção traz uma análise mais contemporânea das desigualdades raciais, enfocando a invisibilidade a que são submetidos os negros no sistema educacional, bem como a percepção do “ser negro” no Brasil. Paralelamente, a autora busca enfatizar que a reprodução de preconceitos e estereótipos raciais legitima os procedimentos discriminatórios. A desigualdade racial emerge, assim, como produto de um processo complexo, no qual se pode identificar a ação de diferentes fenômenos, dentre os quais destacamos o preconceito racial, o racismo e a discriminação racial<sup>25</sup>.

A autora alia a discussão das relações raciais com a formação de professores e currículo ao propor a fomentação de metodologias que propiciem a inclusão no currículo escolar desse referencial cultural de base africana ao mesmo tempo em que demonstra as fragilidades conceituais dessa formação.

O professor em qualquer fase de seu processo de formação, bem como de sua vivência pessoal, é um sujeito cultural e social, que como tal recebe efeitos positivos e negativos da configuração histórica, social e econômica da sociedade, que no caso do Brasil é extremamente pautada sobre estereótipos inferiorizantes, preconceitos e discriminações acerca de alguns grupos ditos “minoritários”, construídos historicamente e que são pautados pelas relações de poder. “É fato

---

<sup>25</sup> Esses conceitos, apesar de se realimentarem mutuamente, diferem um pouco entre si (BENTES, 1993, p. 21) e muitas vezes são tratados como sinônimos. A esse respeito, ver: (GOMES, 2005, p. 52-56; JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 37-39).

---

que nem a escola nem os centros de formação de professores ‘inventaram’, sozinhos, os diversos preconceitos e estereótipos. Isso não os isenta, porém, da necessidade de assumirem um posicionamento contra toda e qualquer forma de discriminação” (GOMES, 2003, p. 160).

Podemos inferir que falta aos professores conhecer o que a história oficial omitiu e se apossar do conhecimento negado durante o processo de formação dos mesmos. É necessário, segundo nos aponta Gomes (1995) um reescrever histórico, desvelando o que a história oficial omitiu e distorceu sobre a participação do povo negro, na construção da sociedade brasileira, como meio para derrubar o mito da democracia racial presente na sociedade brasileira.

É evidente que nestas produções analisadas existe como predicado comum uma insistente caracterização do negro como ser inferior e incompatível com a “civilização”. Assim, aproxima-se de nosso objeto de pesquisa acerca das *relações raciais e educação*, na medida em que apresenta a necessidade de pensar o Brasil desde sua origem recente, como forma de explicação da identidade nacional, valorizando o biotipo europeu ao mesmo tempo em que escamoteava e estigmatizava o componente negro da sociedade, o Brasil criou um registro branco de si mesmo.

O negro foi eleito por muitos dos pensadores<sup>26</sup> que se dedicaram ao encargo de erigir a nacionalidade como empecilho, um obstáculo, não só devido a sua “natureza bárbara”, cada dia mais reforçado pela ciência, como também por sua condição escravocrata, que, segundo alguns, lhe conferiam certa irracionalidade e incapacidade de assimilar outros modos de vida que não servil. Logo, o negro representava um retrocesso para a modernidade que se mostrava de forma avassaladora ao país e, não serviria de base para assentar possíveis concretizações de uma identidade nacional. De modo análogo Thomas Skidmore (1976), nos diz: “o negro estava fadado à extinção, como os dinossauros, ou, pelo menos, à dominação pelas raças brancas [...] como poderia um reles brasileiro teimar com a evolução?” (p. 70).

Um ponto considerado relevante nestas produções analisadas é que para explicitar suas reflexões, os autores partem de pesquisas quantitativas e qualitativas. Tais estudos se constituem na identificação das desigualdades entre negros e brancos, em termos de relações raciais (HASENBALG, 1979; ROSEMBERG, 1984; SILVA, 1992; SANTOS, 1998; entre outros). A característica destes seria o fato de afirmar que a desigualdade racial no país não é apenas um legado do passado, que os racismos, discriminações, preconceitos e toda sorte de processo de dominação social são características da sociedade brasileira e que a raça exerce, ela própria um efeito independente no acesso de uma pessoa à renda, à educação e ao bem-estar (LIMA, 2009).

---

<sup>26</sup> A esse respeito, ver os estudos de SCHWARCZ, 1993; SKIDMORE, 1976, entre outros.

---

Nesta linha de abordagem Hasenbalg (1979) afirma que:

Sem dúvida alguma a grande maioria dos negros e mulatos no Brasil é exposto aos mesmos mecanismos de dominação de classes que afetam outros grupos subordinados. Mas, além disto, as pessoas de cor sofrem uma desqualificação peculiar desvantagens competitivas que provêm de sua condição racial. (p. 20).

Com isso evidencia-se a necessidade de problematizar o tratamento das especificidades, nesse caso, o papel desempenhado pela história e cultura dos descendentes de africanos na construção de uma identidade nacional positiva.

Desta forma, para além da denúncia do racismo e das desigualdades raciais perpetuadas historicamente nos sistemas de ensino, este estudo evidencia a necessidade de pensar o Brasil desde sua origem recente, como forma de explicação da identidade nacional. Em síntese, como afirmado anteriormente por Skidmore, o Brasil era interpretado como uma nação inferior, produto de uma relação racial inferior e de tipos mestiços cruzados, por conseguinte, sem grandes chances de participar do sucesso da modernidade.

Uma modernidade pensada de modo recente, cerca de oitenta anos atrás, mas que produziu efeitos devastadores nas representações simbólicas da sociedade brasileira, segundo Guimarães (2001, p. 123):

Os sociólogos e cientistas políticos demarcam, geralmente, tal modernidade com a Revolução de 1930, que pôs fim à Primeira República (1889-1929). Se em relação ao Império (1823-1889), a Primeira República procurou modernizar o Brasil através da adoção de novas instituições, da europeização dos costumes (FREYRE, 1936) e do incentivo à emigração europeia (SEYFERTH, 1990, SCHWARCZ, 1993), em continuidade com aquele, *manteve uma nacionalidade ostensivamente polarizada, marcada pela enorme distância entre brancos e pretos, civilizados e matutos*. Foi apenas a partir de 1930, principalmente com o Estado Novo (1937-1945) e a Segunda República (1945- 1964), que o Brasil ganhou definitivamente um “povo”, ou seja, inventou para si uma tradição e uma origem. (Grifo nosso).

Então como pensar o Brasil enquanto nação e com uma população multirracial? Salles (1971) nos aponta que, algumas abordagens sobre a presença negra na Amazônia paraense diminuem e até negam a contribuição cultural do negro no Pará. No entanto, estudos revelam que a importação de escravos africanos para essa região, embora tenha ocorrido, de certo modo, bastante tarde em relação a outros estados brasileiros (BEZERRA NETO, 2008), e não alcançasse os mesmos índices, queria-se um Brasil civilizado à moda europeia, ou seja, branco, não havendo

---

lugar, apesar dos seus desdobramentos até os dias atuais, seja nos campos educacionais, sociais, econômicos e culturais, para a inclusão da cultura negra na civilização brasileira.

Desse modo, como idealizar a nação brasileira que deveria ser erigida em um ambiente cultural dividido, em que ideias abolicionistas e o estímulo à emigração se confrontavam com um regime escravista e em um território onde a grande maioria da população era constituída por negros, índios, mulatos, mestiços e imigrantes de diversas nacionalidades. Devemos, no entanto, observar que frente a esse desafio coube aos homens letrados do Brasil nominalmente liberais e em geral, profissionais do Direito, destacando-se assim dos demais elementos da sociedade, a constituição de um imaginário capaz de conferir identidade ao nacional (GUIMARÃES, 2001; SKIDMORE, 1976). Natural, portanto, que coubesse a essa elite intervir no processo de criação da nacionalidade brasileira e dentre os elementos que facilitaram essa tarefa, destacam-se o estabelecimento de faculdades de Direito em São Paulo e Recife em 1827 e a fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, em 1838 (SCHWARCZ, 1993), recursos institucionais que incentivaram a formação de uma elite intelectual nativa e a importação de sábios estrangeiros que atuaram de forma decisiva no processo conceptivo da identidade nacional.

Ao longo do texto buscou-se caracterizar nas produções investigadas que a demanda por educação sempre esteve presente nas demandas e reivindicações do movimento negro, assim como desde o início foi reconhecida a compreensão de que negros e mestiços foram gradativamente aliçados das esferas sociais e colocados como inferiores nas variadas representações constituídas acerca do brasileiro. Representações que, construídas ideologicamente, auferiram foro de “verdade científica” e de “mito”, cristalizando-se no imaginário brasileiro e internalizando-se no próprio povo (SOUZA, 1983).

## REFERÊNCIAS

- BEZERRA NETO, José Maia. Escravidão, abolicionismo, mundialização e processo civilizatório na Amazônia, século XIX. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, 19. *Anais...* ANPUH-SP: USP. São Paulo, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique. Pesquisas educacionais em temas de interesse dos afrodescendentes. In: LIMA, I. C. et al. *Os negros e a escola brasileira*. Florianópolis: NEN, 1999a.
- \_\_\_\_\_. Africanidade, afrodescendência e educação. *Educação em Debate*, Fortaleza, ano 23, v. 2, n. 42, 2001.
- DA MATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro; Vozes, 1983.
- \_\_\_\_\_. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

- 
- GOMES, Nilma Lino. *Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil*: Uma breve discussão. In: *Educação Antirracista: Caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03*. Brasília, 2005, p. 39-62.
- \_\_\_\_\_. *Cultura Negra e Educação*. *Revista Brasileira de Educação*, n. 23, p.75-85, maio/jun./jul./ago. 2003.
- \_\_\_\_\_. *A mulher negra que vi de perto*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.
- GONÇALVES, Luís Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento negro e educação. In: *Educação como exercício de diversidade*. Brasília : Unesco; MEC, Anped, 2005. 476 p. [Coleção educação para todos, 6].
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). *Tempo Social; Rev. Sociol, USP*, 13(2): 121-142, nov. 2001.
- HASENBALG, Carlos Alfredo. *A discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. (Trad.: Patrick Beurglion). 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005 [1979].
- JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. *Desigualdades Raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: IPEA, 2002.
- LIMA, Ivan Costa: *As Pedagogias Do Movimento Negro No Rio De Janeiro E Santa Catarina (1970-2000): Implicações Teóricas E Políticas Para A Educação Brasileira – Tese de Doutorado: UFC, 2009.*
- ROSEMBERG, F. *Literatura Infantil e Ideologia*. São Paulo: Global Editora, 1984.
- SALLES, Vicente. *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1971.
- SANTOS, Joel Rufino dos. *O movimento Negro e a crise brasileira*. Política e Administração, Rio de Janeiro, v. 2, 1985.
- \_\_\_\_\_. *O que é racismo*. São Paulo: 1º passos, 1998.
- SCHWARCZ, Lília K. Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 -1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, Geranilde Costa e. *O Uso de Literatura de Base Africana e Afrodescendente junto a Crianças de Escolas Públicas de Fortaleza: Construindo Novos Caminhos para Repensar o Ser Negro*. Dissertação (Mestrado em educação) – UFC, 2009.
- SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.
- SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e. *Negro e Ensino Médio: representações de professores acerca de relações raciais no currículo*. Dissertação de Mestrado: UFPA, 2009.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. BH, Autêntica, 1999.
- SILVA JÚNIOR, Hédio. *Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais*. Brasília: Unesco, 2002.
- SISS, Ahyas. *Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas*. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói: Penesb, 2003.
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Graal, 1983

---

## **RESUMO**

O presente texto tem por objetivo apresentar questões relacionadas às relações raciais e educação, tanto no âmbito acadêmico quanto nos demais, têm sido objeto de um número crescente de publicações e estudos, favorecendo a abertura de espaços para discussões e busca de alternativas para minimizar a discriminação racial e o preconceito nas nossas escolas. O estudo desenvolvido apresenta o “estado da arte” das produções desenvolvidas pelos Cursos de Pós-graduação em Educação de Universidades Brasileiras, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas as dissertações de mestrado e teses de doutorado.

**Palavras-chave:** Estado da arte. Mapeamento. Produção Acadêmica.

*Recebido em abril de 2013*  
*Aprovado em abril de 2013*